GT21. Território, conflitos e ativismos sociais urbanos

ANÁLISE SOBRE A ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DAS SUJEITAS E SUJEITOS PERIFÉRICOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Autora: Rosilaine Souza de Araújo da Silva
Filiação institucional: Doutoranda PUC/RJ
E-mail:rosesaprof@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo tentamos relacionar o debate sobre as sujeitas e sujeitos periféricos (D'ANDREA: 2020, 2022) com os movimentos sociais na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, para tanto, nosso caminho teórico-metodológico se alicerçou em um tripé, a saber: (I) debate bibliográfico, (II) a netnografia a partir das redes sociais para levantamento dos movimentos sociais na Zona Oeste, articulado com (III) uma análise geograficamente situada a partir de uma sujeita/pesquisadora periférica. Vale destacar, que nas periferias também se organizam contramovimentos sociais, e que percebemos um aumento dessas ações coletivas conservadoras, por vezes de extrema direita, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: sujeitas e sujeitos periféricos, movimentos sociais, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos nesse artigo trazer elementos para refletir as periferias, principalmente a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, a partir das sujeitas e sujeitos periféricos, que ao se organizarem em movimentos sociais reelaboram suas demandas e criam projetos de ser e estar no mundo baseados na solidariedade, construindo práticas socioespaciais de resistências, mesmo em contextos de violência e/ou de constrangimentos políticos, sociais e econômicos. Para tanto, mapeamos vinte movimentos sociais que atuam nesses territórios. Está pesquisa está baseada em um tripé, a saber: (I) debate bibliográfico principalmente através de autores como D'Andrea, (2013, 2020, 2022), Gramsci (2002, 2023), Freire (2023), Campos (2005, 2011); (II) a netnografia a partir das redes sociais para levantamento dos movimentos sociais na Zona Oeste e articulando essa metodologia a (III) uma análise geograficamente situada a partir da posição da autora como sujeita/pesquisadora periférica que partilha de agendas, pautas e experiências com esses movimentos sociais.

Destacamos que não é somente de movimentos sociais progressistas que se organizam os territórios periféricos, mas de contramovimentos sociais, ou seja, ações coletivas com pautas conservadoras, e que ganharam força na última década no Brasil, que por vezes, objetivam retrocessos nos direitos conquistados, visando pautas vinculadas aos costumes, contra a doutrinação política nas escolas ou a revogação do estatuto do desarmamento.

Neste cenário das periferias em sua diversidade de sujeitas/sujeitos e ações, direcionamos nosso foco para os debates que apontam para uma dupla abordagem que englobe às periferias em seu cenário de carência, ou seja, o paradigma das ausências, mas também, as respostas e inventividades que essas sujeitas e sujeitos periféricos vem construindo coletivamente, ou suas potencialidades, de uma periferia-para-si para uma periferia-para-o-outro (ou periferia-com-o-outro).

Das vinte ações coletivas citadas escolhemos dois movimentos sociais, que representam a partir da localização os extremos da Zona Oeste, o Lata Doida do bairro de Realengo e as MariAmas do bairro de Santa Cruz, e embora, reconhecemos as especificidades de suas ações, enumerados pontos de encontro entre as sujeitas e sujeitos periféricos a partir da organização nesses movimentos sociais na tentativa de contribuir no debate.

2. SUJEITAS E SUJEITOS PERIFÉRICOS: CAMINHOS PARA ENTENDER OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Partimos do entendimento que o termo/conceito de periferia, vem desde 1990 sendo utilizado de forma potente por seus moradores/as, ativistas, artistas, intelectuais com experiências, que por vezes, denunciam suas condições sociais (paradigma das ausências), mas por vezes, anunciando suas inventividades e saídas criativas construídas no cotidiano (paradigma da potência) e que estão

diretamente imbricadas com a percepção territorial, essa virada de chave, de uma interpretação dupla (ausências e potências das periferias) contribuirá:

> Quando essa tomada de *consciência* foi motivo de *orgulho*, e não de *vergonha*, construiu-se um novo entendimento de si próprio. Quando o individuo portador desse *orgulho* agiu politicamente no espaço para a superação das desigualdades urbanas, econômicas, sociais, raciais, de gênero e contra todo tipo de opressão, conceitua-se neste livro como *sujeita e sujeito periférico* (D'ANDREA , 2022, p. 238)

Para entender o que são "sujeitas e sujeitos periféricos" (D'ANDREA, 2020, 2022), vamos propor uma questão anterior: Existem moradores/as nas periferias que são "não-sujeito/a"? Ou todas/os são sujeitas e sujeitos a partir da atuação em seus locais cotidianos? Fazemos essa pergunta, pois a cunhar a determinação de sujeitas e sujeitos periféricos D'Andrea (2013) indica que os processos de tornar-se sujeita e sujeito periférico não abrange toda a população periférica, mas sim, aqueles/as envolvidos/as em um processo de organização comunitária, reelaboração de sua história e a construção de projeto. O autor elege as seguintes características: (I) um posicionamento político-territorial, (II) organização em movimentos e coletivos (III) arte e cultura política, (IV) de objeto a sujeito do conhecimento (V) sistematização da própria história (VI) fim da necessidade de mediadores (VII) Do estigma ao orgulho (VIII) relevância sobre os debates sobre opressões raciais e de gênero (IX) consciência ecológica e por direitos, como LGBTs, (X) o direito à diferença como bandeira (XI) participantes da era digital, (XII) atravessam agentes e processos sociais distintos. Assim, o autor elege os/as sujeitos/as periféricos/as em movimento, ou seja, participantes de alguma militância e/ou ativismo e, com orientações progressistas, ou vinculadas ao entendimento de sua situação de classe trabalhadora, a localização geográfica periférica e todas as possíveis interseccionalidades de opressões, a partir da década de 1990. E indica, sujeitos populares, para aqueles inseridos nas mobilizações comunitárias periféricas anteriores a esse período, como os estudados por Sader (1988) no livro "Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980".

Abordamos essa questão para esclarecer, primeiro, que não se trata de não reconhecer o outro não mobilizado/organizado, como sujeito/a, vinculando-o a um processo de desumanização, que conhecemos bem através de nossa herança colonial, patriarcal e escravista, com diferentes níveis de opressões. Mas que atravessa esses/as sujeitas/os: a colonização do saber, do poder, do ser e de gênero em que esses sujeitas/os periféricos, subalternos/as e oprimidos/as "na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor" (FREIRE, 2023, p. 68), vejamos:

> A dualidade existencial dos oprimidos que "hospedando" o opressor, cuja "sombra" eles "introjetam", são eles e ao mesmo tempo são o outro. Daí, quase sempre, enquanto não chegam a localizar o opressor concretamente, como também enquanto não cheguem a ser "consciência para si", assumam atitudes fatalistas em face da situação concreta de opressão em que estão (FREIRE, 2023, p. 67)

Desmobilizados/as politicamente e "dentro desta visão inautêntica de si e do mundo os/as oprimidos/as se sentem como se fossem uma quase "coisa" possuída pelo opressor", passivos, ou sem o conhecimento de si, dos outros e das coisas. No entanto, Haesbaert (2014, p.44) esticando essa análise para as relações e práticas de poder alerta:

> se o poder como alerta Foucault, implica sempre resistência, que nunca é exterior a ele, os grupos subalternos ou "dominados" na verdade estão sempre também (re)construindo suas territorialidades, ainda que relativamente ocultas, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência

Neste caso, precisaríamos de "lupa" para enxergar essas práticas espaciais e lutas políticas ocultas? Resistências que se enquadram no campo do possível das lutas pela vida e da construção espacial como integrante na produção da sociedade, são assim, território e sujeitas/os com indignações potencializadas. Suertegaray (2019, 168) traz outro questionamento/caminho para entender essas questões, ao invés de "lupa", a construção de múltiplas trajetórias analíticas. Por que não utilizar epistemologias outras "a partir dos movimentos sociais, dos grupos e das sociedades que compõem a América Latina, nas suas diferentes cosmovisões?" Apontando inclusive para a construção do conhecimento mais autônomo através de "análises e representações de engajamento e de resistência".

Andrelino Campos (2005, p. 19) relacionando a construção do espaço criminalizado ou o espaço da classe trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro também aponta para essas invisibilidades:

> O processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: politica, econômica ou social"

Cabe indicar, que assim como Corrêa (1989) entendemos que os agentes sociais excluídos que produzem o espaço urbano são diversos e potentes, mas que podem se apresentar a partir de diferentes projetos, inclusive, de forma docializada, apenas reproduzindo a ideologia dominante, onde sujeitos oriundos de espaços dominantes balizam sua vida por uma racionalidade neoliberal, não é deste grupo de sujeitos/as que trataremos nesta pesquisa, ora apresentada como artigo, nossa lenta focará nos

movimentos sociais, ou assim como D'Andrea (2013), nos/as sujeitas/os periféricos que a partir de sua inserção político-cultural constrói um agir/pensar para mudar o mundo: os/as oprimidos/as que engajam-se em diferentes lutas e ações coletivas com objetivo da libertação das opressões, sendo assim, se organizando em movimentos sociais progressistas. Por outro lado, destacamos que aqueles/as que também se manifestam, no entanto, com pautas conservadoras e de extrema direita, o "falso ser para si" (FREIRE, 2023), também devem ser pesquisados, esses sujeitos/as coletivos, por vezes, também oriundos de territórios periféricos, ou seja, marcados pela desigualdade, serão denominados de contramovimentos sociais, ou seja, "ações coletivas no campo da direita, com atos e organizações antidemocráticos" (GOHN, 2022, p. 132) e os abarcaremos, pois possuem importante carga política na construção da história dos territórios periféricos.

Vamos com calma. Seguimos uma trilha marxista (mesmo que por vezes, através de releituras) como ao tratar do "par definidor de dois momentos distintos: "classe em si" e "classe para si" (…), como indica Marcelo Badaró Mattos:

> Marx manteria em toda a sua reflexão posterior essa concepção da formação de classe como um processo, em que a consciência não decorre imediatamente das condições econômicas, mas se desenvolve em meio às lutas de classes, a qual adquire uma dimensão política, ainda que não tenha mais recorrido à expressão "classe para si mesma" (MATTOS, 2019, p. 51)

Tradição também presente em Gramsci que aponta "uma massa humana não se "distingue" e não se torna independente "para si" sem organizar-se (em sentido lato)" (GRAMSCI, 2023, p. 104) e autores/as contemporâneos, como Campos et al (2011) que analisa a transformação do indivíduo para sujeito: "apenas aqueles que constroem seus projetos poderão completar esse movimento" (p.140), continuam os autores:

> Nesta perspectiva, em que as escolhas são fundamentais, dá-se a possibilidade da passagem de indivíduo-pessoa para sujeito. Em termos teóricos, poderíamos falar da passagem do ser-em-si (em que não há escolhas) para o ser-para-si (no qual há escolhas) (CAMPOS et al, 2011, p. 141)

Essa passagem (indivíduo-sujeito ou ser-em-si para ser-para-si) está imbricada com a dimensão espacial, na formação do que os autores chamam de "ser-para-os-outros", ou seja, tornar-se um sujeito coletivo e atuante no território, com a compreensão de si, do outro/a e das relações com/no mundo, onde:

> não existe o movimento de pessoa-para-si para pessoa-para-o-outro fora dos espaço-lugares que permitem os encontros: assembleia do sindicato, associações de moradores, movimento estudantil, namoros, etc. Dessa forma,

> só a partir do encontro dos indivíduos se pode concretizar o movimento e acontecer o estabelecimento de uma identidade, que é simultaneamente espacial e temporal. Só pela identificação do que é comum podemos falar da elaboração de um projeto que extrapole a dimensão do ser-para-si, alternando-o e o metabolizando em ser-para-o-outro. Somente nesse movimento podemos situar as territorialidades e suas consequentes territorializações (CAMPOS et al, 2011, p. 148/149)

Podemos articular a pessoa-para-o-outro com o conceito gramsciano de subalterno que para Semeraro (2012), também deve ser lido como sub-*alterno*, ou seja, reconhecer o outro a partir de suas diferenças, embora com uma ruptura com o colonialismo e suas imposições, onde se perde o caráter de sujeito histórico, pois deve-se aderir à lógica do outro. Vejamos:

> Na alternativa revolucionária desenhada por Gramsci, portanto, há uma profunda sintonia com a etimologia de "sub-alterno", cujo significado deixa entender a emergência do outro (alter) que está em baixo (sub). A insurgência de quem ocupa uma posição inferior, sim, mas que é dialeticamente "outro", imprevisível, surpreendente e indomável, outro termo de uma relação desigual, mas nem por isso incapaz de iniciativa, de aprender a "pensar, estudar, dirigir ou controlar quem o dirige (SEMERARO, 2012, p. 66)

Destacamos o livro "Pode o subalterno falar?" escrito por "uma mulher intelectual pós-colonial" (SPIVAK, 2010, p. 123) indiana na década de 80 do século XX, dado às desigualdades profundas da exploração capitalista, principalmente a colonial, os subalternos não terão "*status* de sujeito", afinal, segundo a autora não há nenhum espaço a partir do qual o subalterno possa falar, ser ouvido ou lido, principalmente, a partir de um olhar interseccional, onde destaca-se a subalternidade feminina "se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade" (SPIVAK, 2010, p. 85). Semerraro (2009, p. 26) indica que Dussel em sua obra "Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão (2002)" também segue essa trilha, indicando o oprimido como "sujeito negado", o sujeitado, a "vitima que não pode viver".

No entanto, optamos por seguir as pistas abertas por Sader (1988) onde novos personagens entram em cena ao construírem espaços de diálogos e confrontos contra a subalternidade, cada vez mais sem as intermediações de organizações externas, levando em consideração suas necessidades e urgências frente às diferentes formas de opressões, em um cenário de virada critica da produção da ciência, do avanço da educação popular e de leis, tais como a constituição cidadã de 1988, ou mais recentemente a lei 10.639/2003 ou 11.645/2008, que também promovem um giro epistemológico, afinal "o corpo e sua localização passam a ser reconhecidos como parte da construção de outras narrativas e epistemologias" (SILVA-SELIGMANN, 2022, p. 19) ou ainda, em um contexto que

“ignorar o subalterno hoje é – quer queira, quer não – continuar o projeto imperialista (SIPAVK, 2010, p. 127). Para Semerraro (2009, p. 28):

> os oprimidos na América Latina não se transformaram em rebanho resignado e ressentido à espera de alcançar os postos de comando dos seus senhores, mas justamente com multidões de defraudados na dignidade, disseminados pelo mundo, organizam-se autonomamente, com crescente consciência política, e a partir da criação de novos valores, para enfrentar e superar o mecanismo perverso que os gera

Mas qual a relação do debate dos sujeitos e sujeitas periféricas, com a retomada dos conceitos de classe em si e classe para si? Para D’Andrea (2020, p. 25) a periferia assume, no contexto da redemocratização do Brasil, o significado de classe trabalhadora, onde se articulavam os novos personagens ou novos movimentos sociais. As sujeitas e sujeitos periféricos constroem a consciência de si e de seus interesses, desta forma, em um movimento de periferia-em-si, para periferia-para-si (D’ANDREA, 2013, 2022) a partir da construção de “uma experiência social *comum* e *compartilhada.* Este tornar-se *periférico* para si se imbrica com processos de consciência de *pertencimento periférico* e/ou de construção de *periférico* enquanto categoria de representação” (D’ANDREA, 2023, p. 229) e por que não, periferia-para-os-outros, ou seja, periferia como expressão e defesa dos ideais coletivos:

> Ao mesmo tempo que periferia, como conceito, passava por mutações internas, periferia também fazia parte dos significados da noção de classe trabalhadora. No caso, periferia foi a maneira mais adequada que a classe encontrou para se representar em determinado momento histórico, definição esta engendrada por meio de relações sociais internas e por meio de embates e relações com outras classes sociais. Essa definição não se construiu necessariamente pelo reconhecimento de uma posição comum na produção econômica, mas pelo compartilhamento de costumes, modos de vida e condições sociais em determinados territórios. Nesse momento em que classe passa a ser representada também por periferia, o componente racial e o componente urbano da situação da classe ganharam relevo. (D’ANDREA, 2020, p. 25)

Desta forma, D’Andrea (2013, 2020, 2022) aponta experiência e consciência periférica que através de classes em luta reelaboram suas necessidades e condições objetivas atribuindo novos significados ao viver nas periferias, vão construindo uma cultura política, que atravessa muitas gerações e territórios precários, em um país, que constrói uma democracia paternalista e clientelista, onde a participação das classes populares se torna uma realidade recente, construindo redes e

movimentos que vão pautar debates antes invisibilizados, e ainda, de uma epistemologia periférica[1] (D'ANDREA, 2020, 2023), uma nova linguagem capaz de nomear suas condições de pensar, agir e criar, principalmente através de movimentos periféricos feministas, feminismos comunitários, da ecologia como hortas comunitárias, agroecologia e fóruns de meio ambiente e de movimentos pós-contra-decoloniais, como o movimento negro, demarcando que o lugar dos sujeitos e sujeitas periféricos é onde quiserem estar:

> Essa epistemologia periférica se estrutura também a partir de uma vivência urbana, sendo produzida por sujeitas e sujeitos periféricos que se locomovem em transportes públicos. Induzidos a circular pela cidade, dado que em seus bairros de moradia há escassez de equipamentos, tais sujeitas e sujeitos cognoscentes percorrem diversas periferias, centralidades e bairros ricos. Desse modo, possuem uma visão mais alargada que os sujeitos cognoscentes cuja proximidade da tríade moradia-trabalho-lazer fez diminuir seus percursos pela urbe. De fato, entre a elite historicamente frequentadora das universidades e sujeitas e sujeitos periféricos existem classes sociais, cor de pele e bairros de moradia diferentes. As experiências urbanas e sociais são distintas. As infâncias, os gostos e as subjetividades são diferentes. Assim sendo, a ciência produzida será também distinta. (D'ANDREA, 2020, p. 34)

D'Andrea (2022, p. 206) é claro ao apontar que "periférico é periférico em qualquer lugar", no entanto, o conceito de sujeitas e sujeitos periféricos é datado e "é histórico e foi criado para definir práticas políticas surgidas fundamentalmente a partir da década de 1990" (p. 242) tendo o *hip hop* como uma âncora, destacando-se os Racionais MCs, e também é um conceito situado, o autor trata da cena periférica paulistana. No caso desta pesquisa relacionamos o conceito de sujeitas e sujeitos periféricos a indicação temporal de 1990, no entanto, relacionando as periferias do Rio de Janeiro, principalmente a Zona Oeste da cidade, onde destacamos influencias diversas, além da influência do *hip hop,* como os Racionais MCs, temos a força do *funk,* como no "Rap da Felicidade" de 1995, a literatura periférica, como em 1997 o livro "Cidade de Deus" escrito por Paulo Lins. Nesse sentido, aponta Faustini[2] (2020, p. 5) organizador da coleção de livros intitulada "Cabeças da Periferia" tratando da "cultura de periferia" carioca:

> desde os anos 1990 a cidade do Rio de Janeiro é um dos laboratórios mais intensos desse universo, com várias gerações seguidas aumentando o alcance desta cena que mistura arte e ativismo, construção de redes e ação no território, estratégias de sobrevivência e de empreender coletivamente

1 Através da tríade vivência, teoria e projeto (D'ANDREA, 2023, p. 263) aponta o caminho para a epistemologia periférica onde "o aprendizado a partir das vivências se transforma em experiência, que é a vivência historicizada" (…), "enfatiza-se a produção de uma teoria que parta desde onde os pés vivem e que ao mesmo tempo explique porque os pés vivem de dada maneira".

2 Marcus Faustini é autor do "Guia Afetivo da Periferia" (2009) e co-autor de "O novo carioca" (2012), com Jaílson de Souza e Silva e Jorge Luiz Barbosa

Propondo mais um passo nessa análise, entendemos que as periferias são diversas, tanto do ponto de visto da estratificação social, mas também do projeto de sociedade que é reelaborado por seus sujeitos e sujeitas periféricos, pois vincula-se a relações sociais e processos históricos complexos, que se constroem dentro e a partir da sociedade de classe, sendo assim, demarcamos que nosso foco são as sujeitas e sujeitos periféricos que ao se reconhecerem como subalternos/as e oprimidos/as se organizam na construção da libertação dessas diferentes opressões. Para Semerraro (2009, p 23) "oprimido" não é apenas "subalterno", pois devemos levar em consideração a diferença colonial (MIGNOLO, 2005), nas palavras do autor: "o conceito de "oprimido", ressignificado na América Latina pelas teorias da dependência e da libertação, evoca toda a carga de "desumanização" e de "alienação" provocadas pela selvageria do capitalismo nas colônias" (SEMERRARO, 2009, p. 23).

Afinal, se o local dos sujeitos e sujeitas é onde querem, como afirmado acima, sua situação e posicionamento, podem existir, mas as resistências podem estar vinculadas as formas de reconhecimento, que intencionalmente, contribuem para antigas ou novas formas de opressão, objetivando a ascensão social ou ações conservadoras extremistas, a partir de uma opção política, pois ocorre dentro do processo de conscientização e da descoberta da situação de exploração periférica. Ou seja, sujeitas/os que em suas ações coletivas, são organizadas em contramovimentos sociais e por tanto, reproduzem os discursos e formas de opressão, simpatizando com ideias antidemocráticas, ultranacionalistas, como aponta Fernandes (2023, p. 342) "sua lógica hiperindividualizada e a identificação de seus defensores com grupos políticos de extrema direita gera uma grande ameaça à democracia, à diversidade e ao Estado democrático de direito".

Podemos citar exemplos em múltiplas escalas: no caso das associações de moradores/as, a nível local, durante muito tempo, a leitura acadêmica foi que existia de um lado um quadro de lideranças ingênuas, manipuláveis, massa de manobra, ou tábulas rasas, que ou se organizam a partir da esquerda, ou por outro lado, se aliando a uma classe política aproveitadora, no entanto, partimos da análise que por vezes, essas associações carregam projetos reacionários e/ou conservadores, a partir desses projetos comunitários, inclusive construindo suas alianças ou filiações partidárias.

Mais recentemente, em nível nacional, movimentos como o Movimento Brasil Livre, Movimento Nacional Cidadania pela Vida e o Escola Sem Partido, que possuem grande capilaridade entre grupos comunitários periféricos que possuem ideias/ações voltadas para a defesa da família tradicional e da doutrina cristã em oposição aos direitos das minorias.

Ou ainda, na escala internacional, fundações, organizações não governamentais, e outras instituições, que financiam ativistas e ativismos, controlando agendas, pautas e processos formativos

comunitários com um progressivismo neoliberal onde pautas são sequestradas, ressignificadas ou podadas a partir de interesses externos.

A titulo de exemplificação, tomaremos o trabalho "O avanço das novas direitas em Nova Iguaçu/RJ: A cidadania como oportunismo político" (SANTOS, 2019) em que o autor aponta uma "crescente de grupos sociais de cunho conservador" no município de Nova Iguaçu (baixada fluminense)[3] e mapeia três contramovimentos que atuam na "politica institucional" e na "prática militante de rua", são eles: "Recomeça Nova Iguaçu" se intitula partidário mais com neutralidade política, "Um Bairro Novo" e a "Igreja Unção Dobrada" comunitário e não-partidário (p. 1585), embora todos tenham uma influência "do grupo partidário do PSL" (p. 1589). O autor identificou como principais participantes desses contramovimentos sociais comerciantes e/ou microempreendedores que acionam como performances as "redes sociais, faixas esticadas pelo bairro e utilização de carros publicitários" (p.1586) e "placas personalizadas com o nome de rua" (p.1589).

O que queremos dizer é que, como não existem papeis preestabelecidos pela história, o protagonismo popular pode ser em defesa da libertação ou no sentido da continuidade das opressões, ou seja, podem existir sujeitas e sujeitos com diferentes intencionalidades e projetos atuando nas periferias, a partir de pautas progressistas, orientados/as para a libertação da condição de opressão e até revolucionários/as, e em outros casos, temos a organização de moradores/as de áreas periféricas seguindo pautas conservadoras, carregados de preconceitos e de violações aos direitos humanos e até de extrema direita, se identificando com os opressores/as e que se organizam, em contramovimentos sociais (muitos virtuais), em um contexto muito diverso de classes em luta, onde "temos que estar convencidos de que sua visão de mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui" (FREIRE, 2023, p. 120), por vezes, representadas em práticas ativistas superficiais, não envolvendo ação-reflexão e girando em torno de slogans em ações com "caráter puramente mecanicista" (FREIRE, 2023, p. 238).

Para o Freire (2023, p.199) a organização popular pode ocorrer através de manipulação, um fator importante para entender a dupla movimentos sociais e contramovimentos: "a manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de "organização", com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo". Neste caso, as ações coletivas terão um caráter "antidialógico", já que existe a "intenção de fazer permanecer na "estrutura" social, as situações que favorecem seus agentes" (FREIRE, 2023, 246) ao contrário das ações "dialógicas" onde os "sujeitos se encontram para a *pronúncia* do mundo, para sua transformação" (FREIRE, 2023, p. 227).

3 O autor pesquisa bairros periféricos como Km32, Grão Pará e Prados Verdes, no município de Nova Iguaçu.

Ou seja, as ações coletivas que ao longo do tempo são organizadas pela classe trabalhadora, por sujeitas e sujeitos periféricos, em suas relações cotidianas de sobrevivência e/ou formas diversas de organização/manifestação política que desafiam às condições de desigualdade impostas pelas classes dominantes, a periferia-para-o-outro (ou periferia-com-o-outro), ganham maior relevância neste trabalho, afinal, "todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável" (GRAMSCI, 2002, p. 135 – Caderno 25).

Sendo assim, em termos Gramscianos, o sujeito e sujeita periférico/a na luta pela transformação em um aprofundamento de crise e das lutas sociais tende a vincular-se às lutas anti-capitalistas, ou podem ser considerados embriões de alianças: "é indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios" (GRAMSCI, 2002, p. 135 – Caderno 25). Ou para Semerraro (2009, p. 40):

> Engana-se, portanto, quem pensa que se trata de gente dócil e desorientada, facilmente mantida e controlada no recinto do Terceiro Mundo. Na realidade, a crescente multidão de desapontados e encoleirados não fica inerte, mas se comunica, se organiza, desafia leis e instituições, não aceitam passivamente a ordem atual das coisas e não teme de enfrentar a polícia e a repressão

3. SUJEITAS E SUJEITOS PERIFÉRICOS EM MOVIMENTO NA ZONA OESTE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

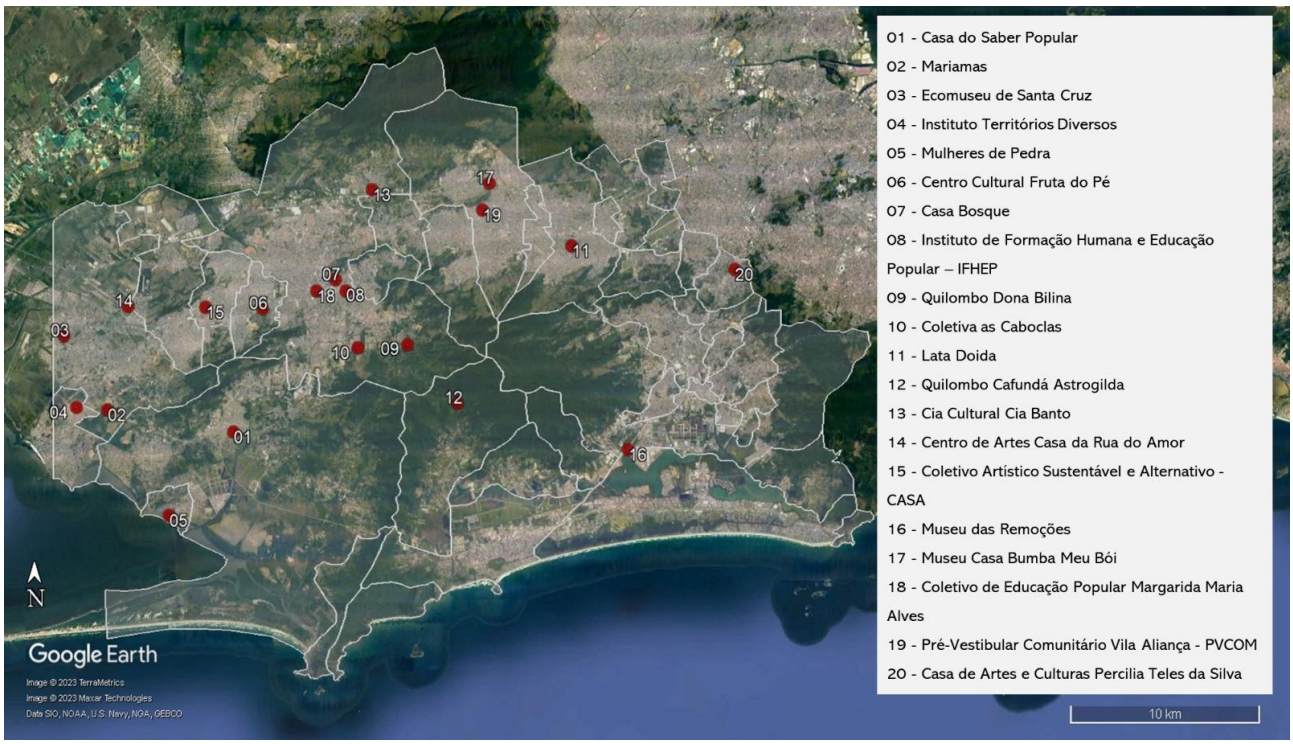
Para indicarmos a construção dessa sujeita e sujeito periférico a partir de 1990, temos um longo caminho de lutas e organização comunitária e política dos movimentos sociais na Zona Oeste, e que queremos reconstruir em outras pesquisas, nosso ponto de partida inicial é que desde inicio do século XX até 1960/1970 temos a construção de uma identidade política do "posseiro" (SANTOS, 2018) através de arrendatários, pequenos agricultores, posseiros que lutam pela terra no Sertão Carioca, com apoio do Partido Comunista Brasileiro – PCB e outras lideranças políticas em que esses sujeitos políticos se organizam em associações de lavradores e ligas camponesas. No processo de periferização e expansão urbana, a partir de 1950/1970 até 1990, temos a emergência de novos personagens (ou nem tão novos), sujeitos populares (SADER, 1988) com apoio de partidos, igreja (como as Comunidades Eclesiais de Base) se organizando em associações de moradores, mulheres contra a carestia e outros ativismos de bairro, que por vezes, não terão como centralidade a terra e o trabalho, mas questões ligadas a reprodução social, tais como escolas, hospitais, transportes e os equipamentos urbanos no geral. E por fim, neste processo de aprofundamento da construção da cidadania, a partir de 1990, os ativismos urbanos se multiplicam, destacamos na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro a capilaridade da educação popular através dos pré-vestibulares comunitários, onde

questões de raça, gênero, classe e território ganham novos contornos, importantes na construção da sujeita e sujeito periférico.

A titulo de exemplificação, desse processo de organização periférica, criamos a imagem 1, que aponta para sujeitas e sujeitos periféricos diversos, organizados em movimentos sociais e coletivos nas periferias urbanas da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, inclusive em periferias de povos e comunidades tradicionais como o quilombo Cafundá Astrogilda em Vargem Grande e, principalmente, periferias urbanas, como o Museu das Remoções (Vila Autódromo/Jacarepaguá) , Casa de Artes e Culturas Persilia Teles da Silva localizada no bairro da Praça Seca, e os dois casos que enfocaremos, o Lata Doida, em Realengo e as MariAmas, em Santa Cruz. Afinal “para além da formatação urbana e da geografia das cidades, o posicionamento de periferias emerge e se fortalece por meio das lutas e movimentos sociais urbanos enquanto processo social, político e econômico de resistência às desigualdades e busca por mudança social” (OLIVEIRA e FILHO, 2023, p. 369). Entendemos que o levantamento apresentado na imagem 1, traz elementos introdutórios sobre a organização das sujeitas e sujeitos periféricos na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Vale destacar que são muitos os movimentos sociais e coletivos organizados na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, na tentativa de mapeamento mostrado abaixo indicamos apenas vinte dessas ações coletivas, como nossa pesquisa se propõe a entender essas mobilizações na região da Zona Oeste, perceberemos no mapa essa espacialização dispersa pelos bairros, mas principalmente na área de planejamento 5, onde situam-se os bairros de Santa Cruz, Campo Grande, Guaratiba, Bangu e Realengo.

Imagem 1: Levantamento de alguns movimentos sociais na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro (2023): periferias em movimento



Fonte: Org. pela autora (2023)

Entendemos que essas experiências de organização popular possuem grande potencial transformar no que tange ao debate/ação sobre a cidade e a condição periférica, pois englobam um conjunto de práticas e ações populares com o protagonismo de sujeitas e sujeitos periféricos, como aponta Raimundo (2017, p. 32):

> um caminho contrário ao individualismo, privatismo e consumismo à medida que cria novos pontos de encontro em espaços públicos, como escolas, bibliotecas, ruas, parques e praças. Lugares nos quais surgem projetos coletivos baseados em novos valores, como respeito à comunidade e a integridade ecológica, uma comunicação não-violenta, feita em nome de uma justiça social e econômica

Nesse sentido, traremos para o diálogo dois movimentos onde a educação popular se constitui como ponto chave para entendimento dos movimentos sociais. São eles, a Associação e Grupo Cultural Lata Doida localizada no bairro de Realengo desde 2008 (ponto 11 na imagem), reconhecida como ponto de cultura pelo Ministério da Cultura desde 2014 e realizando atividades culturais muito diversas como a produção de instrumentos musicais a partir de material reciclado, realização de oficinas, festivais ocupando o espaço público, como o viaduto de Realengo e participação do "Movimento Parque Realengo Verde", que chamou aos/as moradores/as para ocupar e debater o projeto do parque de Realengo[4]. Citamos ainda o movimento de mulheres MariAmas formado em

4 A partir da luta dos/as moradores/as conquistou-se o Parque de Realengo Susana Naspolini inaugurado em junho de 2024.

2008 a partir de mulheres integrantes de um processo de organização comunitária imbricadas a teologia da libertação e a Comunidade Eclesial de Base - CEB e Pastoral Afro brasileira da Igreja de Santa Veridiana no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (ponto 2 na imagem). As MariAmas carregam o resgate da ancestralidade e cosmovisão afro-indígena com o resgate e ressignificação inspirada em tambores de crioula e cantigas de roda, para Zibechi (2020, p. p.64) "a luta afro parece inseparável da música e da dança".

Verificamos nos movimentos indicados, alguns pontos em comum, e que perpassam outras práticas espaciais periféricas e de movimentos sociais, são eles:

(I) A educação popular como forma de construção de um projeto popular, como indica Zibechi (2020, p. 54) "o que está acontecendo vai muito além da apropriação da educação pelos movimentos sociais. Trata-se de mudanças fundamentais nas formas de entender o mundo e de transmitir saberes, que rompem com as lógicas logocêntricas e estadocêntricas de entender a educação";

(II) Partem da denúncia dos problemas urbanos enfrentados, mas ressignificam o ser/estar na periferia como potencialidade "passando a reivindicar as periferias urbanas como locais de solidariedade, organização politica, cultura e potência" (D'ANDREA, 2023, p. 240);

(III) Se organizam/mobilizam localmente, construindo um forte pertencimento ao território, associando às resistências culturais as lutas políticas e reivindicando-se como periféricos, assim, "o termo funciona como uma tomada de consciência, a consciência para si, pois marca uma relação de aliança com outros sujeitos capazes de revoltarem e falarem de si próprios" (RAMOS et al, 2023, p. 29);

(IV) Participam de editais para fomento de suas iniciativas. Desta forma criam parcerias com o Estado, como o Fomento à Cultura Carioca (FOCA) junto a Secretaria Municipal de Cultura, mas também de editais com organizações não governamentais. E, por fim,

(V) De Objetos a sujeitos dos conhecimento, afinal, "por se posicionarem como sujeitos, também buscam a objetificação de suas agendas e demandam lugar de fala. Dessa forma, desafiam porta-vozes de todos os segmentos políticos ao reivindicar protagonismo e representação nos espaços de poder" (SANTOS, et al, 2018, p. 6). São as sujeitas e sujeitos periféricos, que "exaltam o orgulho periférico" (D'ANDREA, 2022, p. 113) e destacam-se como sujeitas e sujeitos, como mostra a obra de arte de Guilherme "KID" artivista de Realengo, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro:

Imagem 2: Obra de arte Guilherme "KID"

Fonte: Fonte: Instagram Guilherme_Kid, postado em 9 de julho de 2024.

Neste momento, vale reafirmar que os movimentos sociais e suas sujeitas e sujeitos periféricos são responsáveis por operacionalizar lutas que indicam o fortalecimento dos direitos humanos. E que existem muitas pedras no caminho das mobilizações e organização popular, para além dos contramovimentos sociais, mas também envolvendo-os, consiste na violência, que segundo Canettieri (2022) a partir da "condição periférica" aparece como nova mediação social em um contexto de retração do emprego, do aumento da precarização, da informalidade e do desemprego. Afinal, neste cenário de aumento da violência, as ideias e as ações não podem existir, agir ou se manifestar livremente, como apresenta Almeida (2011, p. 77) "violência e o crime, via de regra, cumprem um papel desmobilizador", criando maiores obstáculos nas trajetórias periféricas, inclusive no sentido dessas sujeitas e sujeitos em construção.

Almeida demonstra surpresa, no fato dos estudos sobre os impactos da violência na organização dos movimentos sociais e diferentes formas de ação coletivas comunitárias serem recentes, como aponta o fragmento abaixo:

> A questão da segurança pública não constava da agenda da esquerda, até recentemente. Em parte por interpretações ingênuas e românticas do "banditismo social", ou por interpretações equivocadas sobre a necessidade da intervenção do Estado no conflito e sobre a organização dos movimentos sociais. Essa postura representou uma derrota, pois muitas dessas comunidades havia um movimento de associações de moradores forte e representativo, que teve parte de suas lideranças expulsas ou assassinadas por facções criminosas, substituídas muitas vezes pelo arrivismo político ou pelos representantes dos interesses dessas facções ou milicias (ALMEIDA, 2011, p. 77)

No entanto, chamamos a atenção, a partir do pensamento de Fanon (2022, p.31) “a descolonização é sempre um processo violento”, ou ainda em Freire (2023, p. 111) “seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento”. Fato que Clovis Moura (1981, p. 14) aponta a partir da história do Brasil e da violência como fator chave para gerar ou desestabilizar quilombos e rebeliões negras, em formas complexas de protesto, guerrilhas e resistência popular: “do ponto de vista do próprio escravo essas reações iam desde suicídios, fugas individuais ou coletivas, até a formação de quilombos, às guerrilhas, insurreições citadinas e a sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais”. Ou ainda, em Campos (2005, p. 19):

> A violência, que grassa no tecido sócio-espacial urbano de algumas metrópoles brasileiras, tem como uma de suas origens a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial. Tal estrutura é consequência da legislação discriminatória elaborada pelas elites rurais que dominavam o legislativo e os cargos-chave do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distâncias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos

Ou seja, é necessário, refletir sobre a violência a partir de um campo muito mais amplo, como um problema estrutural, inclusive para não reproduzir a lógica dominante(eurocêntrica) que só enxerga a violência quando exercida pelos grupos subalternos, tais como os denominados “banditismos sociais”. Desta forma, concordamos com Freire (2023, p. 58): “inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como outro”.

Nesse cenário cabe a analise a partir das periferias urbanas da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde diferentes formas de violência vem atravessando o processo de organização e mobilizações nos territórios ao longo do tempo, afinal, em seu período rural, organiza-se através de latifúndios, com a escravização de seres humanos e a partir do Brasil República de intensas lutas pela terra. Em alguns casos atuais, podemos citar a violência diretamente ligada a tentativa de desmobilizar e ameaçar lideranças periféricas e suas resistências e manifestações políticas, como no caso da implantação de complexo siderúrgico em Santa Cruz e o atentado ao núcleo do Partido dos Trabalhadores em Santa Margarida, em ambos os casos as denúncias/investigações apontam para a atuação de grupos milicianos atuantes nos territórios.

No primeiro caso, trata-se das mobilizações que ocorreram/ocorrem[5] desde 2006 com instalação de um grande complexo siderúrgico no bairro periférico de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro (implantada em 2010), a saber a Companhia Siderúria do Atlântico – TKCSA[6], mas também do processo de fortalecimento de várias ações coletivas e de seus sujeitos/as periféricos/as organizados/as em associações de pescadores, quilombolas (Associação dos Remanescentes Quilombolas da ilha de Marambaia - ARQIMAR), coletivos ambientais, como o Comitê Baia de Sepetiba pede Socorro, e de mulheres, como Mulheres de Pedra, acampados de Terra Prometida vinculados ao Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e outras instituições e movimentos sociais, se mobilizaram contra a realização do empreendimento e surgiram denuncias[7], de perseguição dessas lideranças por milicias da região contratadas para a realizar a segurança do empreendimento durante suas obras, inclusive com denúncia das sujeitas e sujeitos periféricos ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP).

O segundo caso de violência ocorreu no núcleo do Partido dos Trabalhadores - PT de Santa Margarida (foto 1), localizada do bairro de Campo Grande que sofreu atentado à tiros em 9 de outubro de 2022, período de eleições, com polarização entre a candidatura de Luís Inicio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL). Esse núcleo com mais de 20 anos de existência, é considerado o maior núcleo do Partido dos Trabalhadores do país, realizando atividades político-culturais comunitárias diversas, tais como atividades de formação política, a comemoração do 1º de maio, com ato-show que reúne além de militantes e simpatizantes, centenas de moradores/as anualmente, além da articulação com outros movimentos sociais, tais como o Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (criado em 2018). Instala-se um cenário de medo, intimidação e indignação.

Foto 1: Núcleo do Partido dos Trabalhadores – PT em Santa Margarida/Campo Grande

5 Como através do coletivo Martha Trindade, coletivo de jovens que desde 2016 tem como objetivo realizar medições da qualidade do ar de Santa Cruz, Rio de Janeiro, para produzir dados sobre a quantidade de material particulado no ar, principalmente depois da chuva de prata, provocada pela TKCSA, além de se articular com os movimentos por justiça climática.

6 A TKCSA (atualmente Ternium) é uma multinacional no ramo da siderurgia que desde 2006 é denunciada por movimentos sociais, moradores e ativistas pela alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, assoreamento de recurso hídrico, desmatamento e/ou queimada, falta / irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental, pesca ou caça predatória, poluição de recurso hídrico, poluição do solo, associação com grupos milicianos.

7 Para saber mais acessar o site https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-pescadores-artesanais-quilombolas-e-outros-moradores-do-entorno-da-baia-de-sepetiba-sem-peixes-expostos-a-contaminacoes-e-ameacados-por-milicias-ligadas-a-empreendimentos-em-construcao/

Fonte: Jornal Terra.com.br 14/10/2022.

Neste processo de lutas, que como vimos envolvem sujeitas/os diversos: tanto aqueles/as que tendem a resistir se organizando em movimentos sociais progressistas voltados para a libertação das opressões, aqui chamados como sujeitas e sujeitos periféricos, mas também, aqueles/as que buscam novas formas de reconhecimento mesmo dentro e partir da sociedade de classes, se organizando a partir de ações coletivas conservadoras e até de lutas por recuos nos direitos a igualdade, apontando horizontes de extrema direita e até neofascistas, para D'Andrea (2022, p. 216) nas periferias "esses setores serão absorvidos por projetos políticos reacionários, que os acolhem" e que são uma realidade na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que este artigo contribua para abrir caminhos para a análise das sujeitas e sujeitos periféricos organizados em movimentos sociais, principalmente na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, mas também as ações coletivas denominadas aqui de contramovimentos sociais, possibilitando um olhar para as periferias a partir de sua pluralidade de ações, intenções e projetos, que se manifestam de forma contraditória no contexto da produção das cidades, ao invés da centralização das ausências dos territórios periféricos, por vezes, considerados como negação da cidade, mas inseridas no processo de desigualdades e diferenciações do espaço da cidade, onde é possível identificar as periferias como problema urbano, enfocando nas carências e desigualdades, mas também, em sentido duplo, contruir um olhar para suas potencialidades, como apresentada aqui, através da organização popular, de sujeitas e sujeitos periféricos.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gelson Rozentino. A cidade pacificada: modernização, controle e hegemonia. In: SILVA, Cátia Antônia (org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
CAMPOS, Andrelino. Do quilombo à Favela: A construção do espaço criminalizado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
_____. As Particularidades da Escala de Ação do Movimento Negro: Algumas Considerações sobre a formação do sujeito. Revista Geografares, n°9, p.29-48, jul./Dez., 2011.
CAMPOS, Andrelino et al. Entre indivíduos e sujeitos: lugares e territórios em movimento na metrópole. In: SILVA, Cátia Antônia (org.). Território e ação social: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.
CANETTIERI. Thiago. A condição periférica. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
CORRÊA, Roberto Lobato. Periferia Urbana. GEOSUL, Nº2 – 2ºsemestre: 1986

____. O espaço Urbano. São Paulo, Editora Ática, 1989.

D'ANDREA, Tiajuru Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2013.
_____.Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. Novos estudos: CEBRAP. São Paulo: V39n01, p. 19-36, Jan.–abr. 2020.
_____. A Formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e politica na periferia de São Paulo. São Paulo: Editora Dandara, 2022.
_____. Do estigma ao orgulho Sujeitas e sujeitos periféricos como agentes políticos das transformações nas maneiras de classificar as periferias urbanas. Em: RAMOS, Paulo Cesár et al (org). Periferias no Plural. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.
FANON, Frantz. Os condenados da terrra. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

FAUSTINI, Marcus (Org). Cabeças da Periferia: Jésse Andarilho: A escrita, a cultura e o território. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

FERNANDES, Fernando Lannes. Algumas linhas sobre epistemologias periféricas: Experiências da UNIperiferias, seus conceitos direcionadores e frentes de atuação. Em: RAMOS, Paulo Cesár et al (org). Periferias no Plural. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.
FERNADES, Fernando Lannes, SILVA, Jaílson de Souza, BARBOSA, Jorge Luís. O paradigma da potência e a pedagogia da convivência. Revista Periferias, maio 2018. Disponível em: https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
HAESBAERT, Rogério. Viver no Limite: Território e Multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
_____. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia: Universidade Federal fluminense, 2021.
GOHN, Maria da Glória. Ativismos no Brasil: Movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis: como impactam e por que importam? Petropólis, RJ: Vozes, 2022.
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
_____. Cadernos do Cárcere. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.
MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
MOURA, Clovis. Rebeliões da Senzala. São Paulo: Editora Ciências Sociais, 1981.

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. A Ascensão do conservadorismo no Brasil: surgimento e atuação de movimentos sociais conservadores. XXXI Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado entre nos dias 03 e 08 de dezembro do ano de 2017, em Montevideo – Uruguai

OLIVEIRA, Cinthya Pires. FILHO, Adilson Vaz Cabral. Periferias no centro da atenção: O senso comum ressignificado na esfera pública digital da internet. Em: RAMOS, Paulo Cesár et al (org). Periferias no Plural. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2023.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. Território, cultura e política: movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese de doutorado em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

RAMOS, Paulo César et al. Porque falar em periferias no plural?. RAMOS, Paulo César eti all (Org). Periferias no Plural. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023.

SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Jaqueline Lima. Reexistir: apontamentos da articulação entre cultura e política de periferias. São Paulo: fundação Perseu Abramo, 2018.

SANTOS, Danielly Mendes Dos; BATISTA, Claudio Lucas Vieira. Epistemologias Perifericas: por uma epistemologia das margens e nas margens. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Anais...Recife(PE) UFPE, 2019. Disponível em: https//www.even3.com.br/anais/vicbeo/171386-EPISTEMOLOGIAS-PERIFERICAS--POR-UMA-EPISTEMOLOGIA-DAS-MARGENS-E-NAS-MARGENS. Acesso em: 24/05/2024

SANTOS, Bernado Bispo. O avanço das novas direitas em Nova Iguaçu/RJ: A cidadania como oportunismo político. UFES: SIMPURB, 2019.

SANTOS, Leonardo Soares. Um Sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Agbook, 2018.

SEMERARO, Giovanni. Subalternos e Periferias: Uma Leitura a partir de Gramsci. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, local, v. 4, n. 1, p. 58-69, jun. 2012

_____. Libertação e Hegemonia: Realizar a América Latina pelos Movimentos Populares. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

SILVA-SELIGMAN, Márcio. A virada testemunhal e decolonial do saber histórico. Campinas, Editora Unicampo, 2022.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Epistemologia e autonomia da geografia brasileira aplicadas à analise das dinâmicas da paisagem? Geografia, V . 4 4 , N . 1 , j a n . / j u n . 2 0 1 9 .

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino americanos: Tendências e desafios. LEHER, Roberto (ORG). Pensamento critico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Territórios em resistência: Cartografia política das periferias urbanas da América Latina. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.